

Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

-LEI COMPLEMENTAR Nº 48 DE 21 DE OUTUBRO DE 1.997-

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL A ALIENAR MEDIANTE DOAÇÃO, UM TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE INDÚSTRIA.

JOSÉ ROBERTO LEÃO REGO, PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DE SÃO PAULO,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Palmital APROVOU e eu PROMULGO a seguinte Lei:-

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Palmital, autorizada a alienar, mediante doação, à MARIA HELENA MARANA - ME, um imóvel de seus bens dominial.

Artigo 2º - A área, de que trata o artigo anterior, devidamente caracterizada em memorial descritivo e laudo de avaliação, constantes desta lei, é a seguinte: "Uma área de terra com 5.000 m², sem benfeitorias, situada no lugar denominado ÁGUA PARADA, no município de Palmital, Estado de São Paulo, dentro das seguintes metragens e confrontações: "Inicia no marco 02 localizado junto a cerca na divisa com a propriedade de RAFAEL FARO NETO, caminha 128,55 metros com rumo 77º20'28" SW, dividindo com a propriedade de RAFAEL FARO NETO, até encontrar o marco 03; daí, deflete à direita e caminha 39,00 metros com rumo 12º10'17" NW, dividindo com a propriedade de RAFAEL FARO NETO, até encontrar o marco 03-A, daí, deflete à direita e caminha 127,90 metros com rumo 77º20' NE, até encontrar o marco 03-B, dividindo com propriedade de PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL; do marco 03-B, deflete à direita e caminha 39,00 metros com rumo 13º07'32" SE, até encontrar o marco inicial 02, dividindo com



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Panlo

Artigo 3º - O início das obras se dará até 03 (três) meses e o pleno funcionamento da indústria em 02 (dois) anos, após a promulgação desta lei, sendo que, não obedecidos estes prazos, o terreno voltará para o patrimônio da Prefeitura.

Artigo 4º - Só após o pleno funcionamento da indústria a Prefeitura Municipal outorgará o competente contrato de transferência do imóvel.

Artigo 5° - Caso a indústria deixe de existir, ou venha a ser dada outra utilização ao terreno, que não a específica de industrialização, o mesmo, deverá retornar ao patrimônio da Prefeitura Municipal.

Artigo 6º - Da escritura deverão constar cláusulas que assegurem a efetiva utilização da área para o fim a que se destina, estipulandose que, em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, será o contrato rescindido, independentemente de indenização por benteitorias realizadas.

Artigo 7º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Artigo 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, em 21 de

outubro de 1.997.

JOSÉ ROBERTO LEÃO REGO

-Prefeito municipal-

Publicado na DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E PATRIMÔNIO DA COORDENDORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, em 2∜de outubro de 1.997.

JOAQUIM AMANGIO FERREIRA NETTO

-Coordenador de Administração-